

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANÁLISE DO PERFIL ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE
GOIÂNIA ENTRE 2015 E 2022

LU HSUEH YI

Goiânia

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): LU HSUEH YI

Título do trabalho: ANÁLISE DO PERFIL ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA ENTRE 2015 E 2022

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Johnny Jorge De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 02/08/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lu Hsueh Yi, Discente**, em 02/08/2024, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4714931** e o código CRC **3C3F27D8**.

Referência: Processo nº 23070.034856/2024-36

SEI nº 4714931

LU HSUEH YI

ANÁLISE DO PERFIL ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE
GOIÂNIA ENTRE 2015 E 2022

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Johnny Jorge de Oliveira

Goiânia

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Yi, Lu Hsueh
ANÁLISE DO PERFIL ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA ENTRE 2015 E 2022 [manuscrito] / Lu Hsueh Yi. - 2024.
36 f.

Orientador: Prof. Dr. Johnny Jorge de Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Goiânia, 2024.
Bibliografia. Apêndice.
Inclui gráfico, tabelas, lista de tabelas.

1. Orçamento Público. 2. Receitas Públicas. 3. Despesas Públicas. I. Oliveira, Johnny Jorge de , orient. II. Título.

CDU 657



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) vinte e cinco dia(s) do mês de julho do ano de 2024 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Análise do perfil orçamentário do município de Aparecida de Goiânia entre 2015 e 2022”, de autoria de Lu Hsueh Yi, do curso de Ciências Contábeis, do(a) FACE - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Prof. Dr. Johnny Jorge de Oliveira - orientador (FACE/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva Oliveira - membro 1 (FACE/UFG) e Prof. Dr. Emerson Santana de Souza - membro 2 (FACE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 8,5 (oito inteiros e cinco décimos), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Johnny Jorge De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 17/09/2024, às 07:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Santana De Souza, Professor do Magistério Superior**, em 17/09/2024, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Da Silva Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 17/09/2024, às 20:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4830304** e o código CRC **45F2AD85**.

RESUMO

O orçamento público é um instrumento obrigatório para o planejamento e a execução de entidades públicas. Com a escassez de recursos e a crescente demanda por gestão responsável, o orçamento público tem se tornado cada vez mais o foco de estudos, pesquisas e trabalhos. Este trabalho teve como objetivo principal pesquisar e avaliar a dinâmica de arrecadação de receitas e despesas orçamentárias da cidade de Aparecida de Goiânia no período de 2015 a 2022. Este estudo de caso é descritivo e exploratório, com dados coletados através da análise documental das peças orçamentárias disponíveis no portal de transparência do município. A metodologia empregada envolveu técnicas estatísticas descritivas para extrair informações relevantes sobre o comportamento orçamentário do município. Os resultados mostraram que, dentre as receitas arrecadadas, as transferências correntes representaram a maior parte, indicando uma dependência financeira de outros entes federativos para atender às necessidades locais. No que diz respeito às despesas correntes e de capital, observou-se uma tendência de queda nos juros e encargos da dívida e um aumento na amortização da dívida, evidenciando uma gestão responsável do orçamento municipal. Além disso, o município apresentou superávit corrente no período analisado, indicando que as receitas correntes excederam as despesas de capital. Em conclusão, o município demonstrou uma gestão eficaz e responsável, e o monitoramento e controle constantes do orçamento público auxiliam na tomada de decisões dos gestores públicos. A contribuição deste trabalho residiu na verificação e análise da realidade orçamentária de Aparecida de Goiânia no período analisado.

Palavras-chaves: Orçamento Público. Receitas Públicas. Despesas Públicas.

SUMMARY

The public budget is a compulsory instrument for the planning and execution of public entities. With the scarcity of resources and the growing demand for responsible management, the public budget has increasingly become the focus of studies, research and work. The main objective of this work was to research and evaluate the dynamics of revenue collection and budgetary expenses in the city of Aparecida de Goiânia from 2015 to 2022. This case study is descriptive and exploratory, with data collected through documentary analysis of the budget documents available on the municipality's transparency portal. The methodology used involved descriptive statistical techniques to extract relevant information about the municipality's budgetary behavior. The results showed that, among the revenue collected, current transfers represented the majority, indicating financial dependence on other federative entities to meet local needs. With regard to current and capital expenditure, there was a downward trend in interest and debt charges and an increase in debt amortization, demonstrating responsible management of the municipal budget. Furthermore, the municipality presented a current surplus in the period analyzed, indicating that current revenues exceeded capital expenditures. In conclusion, the municipality demonstrated effective and responsible management, and constant monitoring and control of the public budget helps public managers make decisions. The contribution of this work lay in the verification and analysis of the budgetary reality of Aparecida de Goiânia in the period analyzed.

Keywords: Public Budget. Public Revenues. Public Expenses.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Perfil comportamental das receitas correntes e de capital.....	22
GRÁFICO 2. Composição das receitas correntes.....	23
GRÁFICO 3. Composição da receita de capital.....	24
GRÁFICO 4. Perfil comportamental das despesas correntes e de capital.....	25
GRÁFICO 5. Composição das despesas correntes.....	26
GRÁFICO 6. Composição da despesa de capital.....	27
GRÁFICO 7. Perfil comportamental entre as receitas e despesas correntes.....	28
GRÁFICO 8. Perfil comportamental entre as receitas e despesas de capital.....	29

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Grupo de natureza da despesa.....	18
QUADRO 2. Dimensão para análise de dados.....	21

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Formulação do problema.....	11
1.2 Objetivo geral.....	11
1.3 Objetivo específico.....	12
2 REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1 Orçamento público	12
2.2 Ciclo orçamentário	13
2.3 Plano plurianual (PPA).....	14
2.4 Lei de diretrizes orçamentárias (LDO).....	15
2.5 Lei orçamentária anual (LOA)	16
2.6 Receitas públicas	16
2.7 Despesas públicas.....	17
2.8 Trabalhos correlatos	18
3 METODOLOGIA	19
4 RESULTADOS ESPERADOS.....	21
5 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE I.....	34

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a estrutura do Estado é definida pelo federalismo, o que significa que o país é composto por uma união de regiões menores que formam uma entidade maior, conhecida como Governo Central. Esse termo não implica na centralização de todo o poder do Estado, mas sim na existência de uma entidade superior com poderes específicos e exclusivos. Embora os entes subnacionais estejam subordinados a esta entidade superior, eles mantêm sua autonomia política e econômica (ABRAHAM, 2015; REZENDE, 1995).

Devido à estrutura federalista do Estado, a Constituição Federal de 1988 concedeu a cada entidade política (União, estados e municípios) suas respectivas atribuições, tanto no poder de tributação quanto nas responsabilidades nos quesitos sociais. No entanto, os desafios para garantir que a descentralização das receitas fosse acompanhada por uma descentralização simultânea das responsabilidades públicas, especialmente no âmbito das políticas sociais, resultaram em desequilíbrios que ainda precisam ser corrigidos, principalmente, no quesito da gestão fiscal orçamentária (REZENDE, 1995; SILVA 2018; PERES, SANTOS, 2020).

Em face desse desequilíbrio entre a arrecadação de receitas e as responsabilidades públicas, torna-se necessário que os gestores demonstrem profissionalismo, transparência e eficiência na utilização das receitas. Isso é fundamental para atender às demandas sociais (como saúde, educação, lazer, entre outros), especialmente considerando a escassez de recursos. Portanto, a gestão eficaz e responsável dos recursos públicos é uma necessidade premente. (VALÉRIO, 2015; FERREIRA, OLIVEIRA, 2017).

Para uma gestão ser bem-sucedida, é preciso que, além da competência técnica do administrador público, haja uma compreensão aprofundada e um entendimento claro do perfil das receitas daquela entidade pública (VALÉRIO, 2015). Isso implica em entender quais ingressos públicos representam uma proporção maior ou menor em relação ao total arrecadado. Diante da limitação de recursos, o gestor deve determinar quais despesas devem ser priorizadas, considerando a vasta gama de políticas públicas a serem implementadas (VALÉRIO, 2015; FERREIRA, OLIVEIRA, 2017).

Com o objetivo de aprimorar a gestão orçamentária, a Constituição Federal de 1988, estabelece três leis orçamentárias (plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual) destinadas a auxiliar o gestor público no planejamento, execução e controle

do orçamento público. Posteriormente, a Lei de Responsabilidade Fiscal detalha o direcionamento do uso dessas ferramentas, como o planejamento, que estabelece metas, limites e condições para as ações dos órgãos em relação às finanças públicas, com foco no equilíbrio orçamentário. Além disso, a transparência é enfatizada pela publicação periódica de relatórios da execução orçamentária. O controle é conseqüentemente ampliado com a transparência, a qualidade das informações e a responsabilização. No caso de descumprimento das regras, os responsáveis sofrem sanções previstas em lei (ABRAHAM, 2015; COSTA, 2017).

A realização de um estudo detalhado do perfil orçamentário de um município é importante para a gestão pública eficiente (VALÉRIO, 2015). Este estudo permitiu uma compreensão da estrutura de receitas e despesas do município, facilitando a identificação de áreas que necessitava de maior investimento ou de reestruturação financeira. Adicionalmente, um entendimento do perfil orçamentário poderia auxiliar na previsão de tendências futuras, permitindo que o município se preparasse adequadamente para desafios financeiros emergentes (PERES, SANTOS, 2020).

Dessa forma, a justificativa da execução deste trabalho se dá pela realização do trabalho com base no tratamento dos dados coletados, analisando o perfil orçamentário do município. Isso nos permitiu observar o comportamento das receitas e despesas, gerando informações que nos permite compreender a tendência do orçamento em relação ao objeto de estudo. Além disso, facilitou a compreensão dos cidadãos e dos stakeholders sobre como os recursos municipais são arrecadados e aplicados em áreas sociais, fortalecendo o exercício da cidadania e o controle social.

1.1 Formulação do problema

Este trabalho procurou responder o seguinte problema: Foi possível verificar uma tendência de comportamento da execução das receitas/despesas do Município de Aparecida de Goiânia por meio da análise do perfil orçamentário entre 2015 e 2022?

1.2 Objetivo geral

Diante da formulação do problema acima indicado, objetivou-se verificar e avaliar a dinâmica de arrecadação das receitas municipais e os dispêndios no período. Permitindo assim,

a compreensão do perfil orçamentário do município, beneficiando não somente ao gestor público, mas também aos stakeholders, sobretudo, facilitaria o entendimento do cidadão local que lhe permite exercer a sua cidadania.

1.3 Objetivo específico

Com o propósito de alcançar o objetivo geral, norteou-se com o seguinte objetivo específico:

- ✓ Verificar e avaliar qual a composição, classificação e evolução orçamentária das receitas e despesas públicas do município de Aparecida de Goiânia entre 2015 e 2022.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Orçamento público

O orçamento público é um instrumento de planejamento que detalha a previsão dos recursos a serem arrecadados, como impostos e outras receitas estimadas, e a sua destinação, ou seja, em quais despesas esses recursos serão utilizados, a cada ano. Ele é peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica as prioridades do Governo para a sociedade.

Anteriormente, o orçamento público era utilizado apenas como uma peça contábil para controle entre as receitas e as despesas públicas. Com o advento da Constituição Federal de 1988, surgiu uma visão mais ampla e moderna de orçamento, que inclui todos os projetos e programas do governo, contendo assim todas as políticas públicas a serem desenvolvidas. O orçamento público evoluiu para se tornar uma ferramenta de planejamento que orienta toda a programação política, financeira e social, com um enfoque voltado nas demandas da sociedade (ABRAHAM, 2015).

De acordo com o Pascoal (2008), o orçamento público é conceituado da seguinte forma:

Ato pelo qual o Poder Legislativo autoriza o Poder Executivo, por certo período, as despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outras afins adotadas

pela política econômica do País, assim como a arrecadação das receitas criadas em lei.

Com uma ênfase mais acentuada na gestão do orçamento público, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 165, determina que a iniciativa do orçamento público é do Poder Executivo, sendo composto por três leis: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Estas três ferramentas devem ser compreendidas como um instrumento orçamentário de planejamento e avaliação a ser utilizado pelo responsável financeiro-orçamentário na gestão pública. É fundamental que cada ente político compreenda que o planejamento e a avaliação das peças orçamentárias são essenciais para cumprir suas obrigações e produzir bens e serviços públicos de qualidade e em quantidade suficiente para atender às demandas sociais. Conforme destacado por Cervo (2012):

Analisando o orçamento público, percebe-se que ele é a peça mais importante da Administração Pública, pois reflete todos os atos praticados pelos gestores, bem como, os recursos disponibilizados para que eles possam atender as necessidades da coletividade. Em síntese, é o mais eficiente instrumento de planejamento e controle colocado à disposição dos administradores em prol da comunidade.

Em seguida, serão expostos de forma sucinta como funciona o ciclo orçamentário dos instrumentos orçamentários e as peculiaridades de cada uma das leis orçamentárias.

2.2 Ciclo orçamentário

O ciclo orçamentário, também conhecido como processo orçamentário, é um processo contínuo de forma ininterrupta. Ou seja, quando um ciclo de determinado período termina, outro começa. O processo orçamentário é dinâmico, pois a Administração Pública está sempre arrecadando receitas e realizando gastos continuamente para manter a máquina pública em funcionamento. Ele corresponde ao período em que se efetivam as atividades peculiares do processo orçamentário, definindo-se como uma série de etapas que se repetem em períodos prefixados (COSTA, 2017).

As etapas que se repetem no processo orçamentário incluem a elaboração, aprovação e execução, bem como avaliações e controles simultâneos dos planos e programas do governo em seus aspectos políticos, econômicos e sociais (IZÁ, SILVA, 2020).

É fundamental distinguir o ciclo orçamentário do exercício financeiro. O exercício financeiro é o período em que o orçamento é executado, enquanto o ciclo orçamentário é um período mais amplo que inclui a elaboração, aprovação, execução e avaliação do orçamento. Cada uma dessas etapas será descrita de forma breve a seguir:

- **Elaboração:** A elaboração do orçamento consiste no planejamento, que envolve a definição das metas para um determinado período, bem como dos recursos materiais e financeiros necessários. Nessa fase, o órgão central do sistema de planejamento e orçamento estabelece os parâmetros a serem adotados em cada órgão e unidade orçamentária, formulando uma proposta consolidada que será encaminhada ao Poder Legislativo pelo Poder Executivo.
- **Aprovação:** A fase de aprovação do orçamento público deve ser realizada exclusivamente pelo Poder Legislativo. Para essa finalidade, são criadas comissões específicas a serem designadas para discutir os temas abordados na proposta, com o objetivo de aprová-las, emendá-las e encaminhá-las novamente ao Executivo para sanção em Lei.
- **Execução:** Nesta fase, o Poder Executivo, em atendimento ao artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, terá até 30 dias para estabelecer, através de Decreto, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. Após o cumprimento do ditame legal, poderá ser efetivada a arrecadação de receitas e o processamento de despesas.
- **Avaliação/Controle:** Nesta fase, a tarefa consiste na verificação do orçamento executado em comparação ao planejado e aprovado. Isso permite que os gestores obtenham informações necessárias para a tomada de decisões ou correções. O controle pode ser classificado como interno, quando realizado pela própria administração pública, ou externo, quando conduzido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas. Estes últimos têm a responsabilidade de avaliar e julgar se a aplicação dos recursos públicos está ocorrendo conforme previsto nas leis orçamentárias e nas demais normas que regem a gestão de recursos públicos.

2.3 Plano plurianual (PPA)

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo, que estabelece os objetivos e metas da administração pública. Este plano é instituído por

lei e tem uma duração de quatro anos, começando no segundo ano do mandato de um presidente e se estendendo até o final do primeiro ano do mandato do próximo presidente. O projeto de Lei deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 31 de agosto e deve ser devolvido para sanção até o término da sessão legislativa, que ocorre no dia 22 de dezembro (FERREIRA, OLIVEIRA, 2017).

De acordo com o parágrafo 1º do artigo 165 da Constituição Federal de 1988, a lei que institui o Plano Plurianual “estabelecerá, de maneira regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos programas de duração continuada”. Adicionalmente, o parágrafo 1º do artigo 167 da mesma Constituição enfatiza que “nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade”.

Durante seu período de vigência, o Plano Plurianual (PPA) norteia a formulação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, conforme estipulado no parágrafo 7º do artigo 165 da Constituição Federal. Em resumo, o PPA é um instrumento de planejamento que estabelece a conexão entre o plano estratégico do governo e os orçamentos anuais.

2.4 Lei de diretrizes orçamentárias (LDO)

A lei de diretrizes orçamentárias é o instrumento que visa estabelecer um elo entre o plano plurianual e a lei orçamentária. Isto é, a LDO selecionará entre as metas e os programas inclusos no PPA aqueles de maior prioridade na execução do orçamento de acordo com a realidade do governo. Adicionalmente, determina também as despesas de capital para o próximo exercício financeiro, conduz a elaboração da lei orçamentária anual e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (COSTA, 2017).

Ela é elaborada anualmente, estabelecendo as regras gerais para elaboração do Orçamento do ano seguinte, ou seja, entra em vigor no exercício seguinte à sua aprovação, com vigência de 1 ano, sendo encaminhado ao Poder Legislativo com 8 meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15 de abril) e devolvido ao Executivo até 17 de julho.

2.5 Lei orçamentária anual (LOA)

A lei orçamentária anual é um instrumento que tem o objetivo de fixar as despesas públicas e estimar as receitas para um determinado exercício financeiro, ou seja, a concretização do orçamento em si (VALÉRIO, 2015). Apresenta vigência de 1 ano e elaborada para vigorar no ano seguinte, constituído pelo orçamento fiscal, orçamento de seguridade social e orçamento de investimento, conforme elucidado no art.165 da Constituição Federal de 1988.

Ao ser elaborada, ela respeitará o plano plurianual, as diretrizes e prioridades estabelecidas na LDO bem como os parâmetros e limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Sendo encaminhado ao Legislativo com 4 meses antes do encerramento do exercício financeiro (31 de agosto) e devolvido ao Executivo até 22 de dezembro (ABRAHAM, 2015).

2.6 Receitas públicas

Receita pública é o montante de recursos financeiros que o Estado arrecada para financiar suas atividades e serviços públicos, tais como hospitais, escolas, iluminação, saneamento básico, entre outros (BRITO, DIAS 2016). De acordo com a Lei 4.320, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos, o orçamento compreende todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Dentre os recursos financeiros arrecadados pela administração pública, alguns são incorporados ao seu patrimônio. Esses recursos são denominados receitas orçamentárias. Adicionalmente, o governo também arrecada recursos que devem ser restituídos posteriormente, ou seja, caracterizando-se como simples entradas monetárias. Esses recursos são classificados de receitas extraorçamentárias e não se caracterizam como receitas públicas, uma vez que a propriedade é de terceiros e constituem passivos exigíveis (MCASP, 2022).

De acordo com o art. 11 da Lei nº 4.320/1964, a receita orçamentária é classificada em duas categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital.

As receitas correntes representam os recursos financeiros que ampliam as disponibilidades do Estado, possuindo uma natureza recorrente. Estes recursos são adquiridos através de transações realizadas pelas entidades da Administração Pública e são destinados aos gastos correntes ou de consumo. Exemplos dessas receitas incluem tributos, contribuições,

exploração do patrimônio estatal (Patrimonial), exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços), transferências correntes, entre outras categorias estabelecidas na legislação.

As receitas de capital, por outro lado, são recursos esporádicos destinados a investimentos e despesas de capital, como a alienação de bens e recebimentos de dívidas. Em síntese, esses recursos são direcionados para a compra de ativos, realização de investimentos ou estabelecimento de novos serviços pelo Governo.

2.7 Despesas públicas

A despesa pública é o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos com o objetivo de manter e operar os serviços públicos. Esses gastos são fixados na lei do orçamento ou em lei especial (para abertura de crédito adicional) e correspondem às autorizações para despesas com as várias atribuições governamentais (COSTA, 2017).

De maneira análoga às receitas, as despesas públicas são classificadas, de acordo com a Lei nº 4.320/64, em despesas orçamentárias e despesas extraorçamentárias. Sendo aquelas correspondem ao desembolso de recursos fixadas e especificadas na lei do orçamento e/ou na lei de créditos adicionais, ou seja, dependam da autorização do Poder Legislativo. Enquanto essas últimas constituem a saída de recursos transitórios anteriormente obtidos sob a forma de receitas extra orçamentária, tais como, restituição de depósitos e/ou cauções, pagamento de resto a pagar e resgate de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária (ARO) (MCASP, 2022).

Conforme o art. 12 da Lei 4.320/64, a despesa orçamentária é classificada em duas categorias econômicas que são: despesa corrente e despesa de capital.

As despesas correntes são definidas como os dispêndios direcionados à manutenção e operação dos serviços públicos. Uma característica distintiva dessas despesas é que elas não resultam em um aumento patrimonial, mas, ao contrário, acarretam uma redução do patrimônio.

As despesas de capital são desembolsos governamentais que contribuem para a formação ou aquisição de um bem de capital, como a execução de obras, compra de instalações e equipamentos. Elas também incluem transferências de capital e despesas de investimento.

Esses gastos são destinados à produção ou geração de novos bens ou serviços que integrarão o patrimônio público.

Em cada categoria econômica de despesa, há um grupo de natureza da despesa que pode ser entendido como um agregador de elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto de gasto. Esses grupos são discriminados no quadro 1 a seguir:

QUADRO 1. GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA.

Grupo de Natureza da Despesa	
1	Pessoal e Encargos Sociais
2	Juros e Encargos da Dívida
3	Outras Despesas Correntes
4	Investimentos
5	Inversões Financeiras
6	Amortização da Dívida

Fonte: MCASP 2022

2.8 Trabalhos correlatos

Com o objetivo de entender melhor o perfil orçamentário, diversos artigos e pesquisas foram realizadas e lidas que discutiram a respeito do tema escolhido no presente trabalho, ressaltando que não será exposto todos os artigos lidos referente ao tema correlato, somente será exposto alguns dos trabalhos que mais assemelharam com o objeto escolhido em estudo.

Dentre eles, Brito e Dias (2016), analisou o comportamento da receita pública municipal em Parnaíba (PI) entre 2003 e 2012. Observou-se que houve um aumento de arrecadação no período analisado, contudo, o município apresentou uma dependência financeira dos entes superiores, sendo que mais de 90% da sua arrecadação vem das transferências intergovernamentais, correspondendo a 12 vezes maior que as receitas próprias.

Silva *et al.* (2018), observou o perfil orçamentário do município de Ladainha (MG) entre 2000 e 2016. Concluíram que o município por ser de pequeno porte e predominantemente rural, apresentaram arrecadação própria insuficiente e dependeram das receitas intergovernamentais para financiar seus custos, que se concentraram principalmente nas áreas de educação, saúde e saneamento.

Oliveira (2019), analisou o perfil orçamentário do município de Anápolis (GO) entre 2013 e 2017. Percebeu-se que tanto as receitas quanto as despesas tiveram crescimento ao longo

do período analisado. Dentre as receitas correntes, as transferências intergovernamentais corresponderam a uma média de 63,89 %; em contrapartida, as receitas municipais tributárias, média de 18,39%. Sendo assim, apresentando uma dependência financeira dos entes superiores. Adicionalmente, encontraram os valores dos quocientes contábeis apresentados na obra de Kohama (2015) que evidenciaram a comprovação de que apesar da execução das receitas arrecadadas ficarem abaixo do esperado, houve uma economia orçamentária na execução da despesa.

3 METODOLOGIA

Considerando os aspectos apresentados, este trabalho se propôs a realizar um estudo de caso, cujo objetivo foi examinar o perfil orçamentário de um município do Estado de Goiás. Este exame envolveu um diagnóstico detalhado da composição das receitas e despesas públicas do município. Para isso, foram utilizados o balanço orçamentário e seus anexos disponíveis no portal de transparência do próprio município, bem como outros documentos legais pertinentes, cobrindo o período de 2015 a 2022.

O município selecionado para o estudo de caso foi a cidade de Aparecida de Goiânia, sendo o segundo maior município, em população, com 601.844 habitantes em 2022, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É também o terceiro maior centro econômico do estado, com um PIB per capita de R\$ 25.173,46 em 2020 (IBGE), tendo uma variedade de indústrias instaladas no polo industrial do município. As principais fontes de receita do município incluem transferências intergovernamentais e receitas tributárias (Prefeitura de Aparecida de Goiânia, 2021).

A metodologia de pesquisa adotada, no presente trabalho, foi caracterizada como um estudo de caso, ou seja, apresentou o intuito de analisar e compreender com mais profundidade a respeito do perfil orçamentário do município de Aparecida de Goiânia entre 2015 e 2022, conforme a definição de André (1995):

O estudo de caso enfatiza o conhecimento do particular. O interesse do pesquisador ao selecionar uma determinada unidade é compreendê-la como uma unidade. Isso não impede, no entanto, que ele esteja atento ao seu contexto e às suas interações como um todo orgânico, e à sua dinâmica como um processo, uma unidade em ação.

No aspecto do tipo de pesquisa, o presente trabalho se enquadrado como descritivo e exploratório. Segundo Gil (2009), a pesquisa descritiva busca estudar os fenômenos, realizando uma descrição detalhada da forma como os fenômenos se apresentam, ou seja, fazendo uma análise em profundidade da realidade pesquisada. Enquanto a pesquisa exploratória objetiva-se a aprimorar ideias ou confirmar as intuições a respeito do objeto da pesquisa.

Quanto a modalidade do estudo de caso, esta pesquisa caracteriza-se como intrínseco, ou seja, busca-se compreender melhor um fenômeno ou fato particular em si, no caso, analisou o perfil orçamentário do município de Aparecida de Goiânia entre 2015 e 2022 (ANTUNES *et al.*, 2012).

Esta pesquisa apresentou uma abordagem quantitativa, isto é, buscou-se utilizar instrumentos estatísticos com o propósito de medir as relações das receitas e das despesas públicas do objeto pesquisado, com foco maior na representatividade numérica do perfil orçamentário do município de Aparecida de Goiânia entre 2015 e 2022. Conforme Godoy (1995):

Num estudo quantitativo, o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido a priori, com hipóteses claramente especificadas e variáveis operacionalmente definidas. Preocupa-se com a medição objetiva e com a quantificação dos resultados. Busca a precisão, evitando distorções na etapa de análise e interpretação dos dados, garantindo assim uma margem de segurança em relação às inferências obtidas.

Em relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa foi classificada como uma pesquisa bibliográfica e documental. Pois, utilizou-se de livros e artigos científicos para a fundamentação teórica do objeto pesquisado e a coleta de dados foram obtidos diretamente no portal de transparência do município de Aparecida de Goiânia entre 2015 e 2022 (VENTURA, 2007).

Após a coleta dos dados, com o objetivo de facilitar a visualização, o tratamento e a interpretação deles, foram elaborados gráficos ou tabelas em relação às receitas e despesas públicas. O intuito é compreender em detalhes o perfil orçamentário do município de Aparecida de Goiânia, permitindo detectar quais são as principais fontes de receitas e quais grupos de natureza das despesas tiveram maiores gastos no município analisado. Posteriormente, essas informações poderiam ser utilizadas para tomada de decisão na gestão pública do município.

Como o período de análise do perfil orçamentário foi entre 2015 e 2022, os dados coletados foram atualizados para 2022 por meio do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). Com isso, ao avaliar a evolução das receitas e despesas públicas, foram necessárias realizar as análises horizontais e verticais, trazendo os valores para a mesma base (de 2022) com a finalidade de compará-los. Tanto as receitas públicas quanto as despesas públicas, as análises foram separadas por categoria econômica, para as receitas, por origem/fonte de recursos, já para as despesas por grupo de natureza da despesa.

Os dados coletados e tratados da pesquisa constaram no APÊNDICE I, que ficava posterior às referências. Esses dados serviram de base para a elaboração dos gráficos apresentados no tópico da interpretação e discussão dos resultados, ressaltando que todos os valores foram atualizados para 2022 pelo IPCA.

Para ilustrar melhor a análise da evolução das receitas e despesas do perfil de Aparecida de Goiânia (GO), apresenta-se o quadro 2 a seguir:

QUADRO 2. DIMENSÃO PARA ANÁLISE DE DADOS.

DIMENSÃO	FONTE	MÉTODO	OBJETIVO
Análise da evolução de receita e despesa orçamentária.	Portal de transparência do município.	Análise horizontal e vertical.	Evidenciar e avaliar a dinâmica da receita e despesa municipal orçamentária mediante a observação da sua composição, classificação e do valor monetário no período amostral.

Fonte: Autoria própria.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Este tópico tem como objetivo apresentar alguns resultados previstos para o município escolhido neste estudo de caso, sendo os seguintes resultados esperados:

- Espera-se que a arrecadação de receitas intergovernamentais seja maior que as receitas próprias (tributos); e
- Espera-se que os gastos com pessoal e encargos sociais sejam o maior dentre o grupo de natureza da despesa;

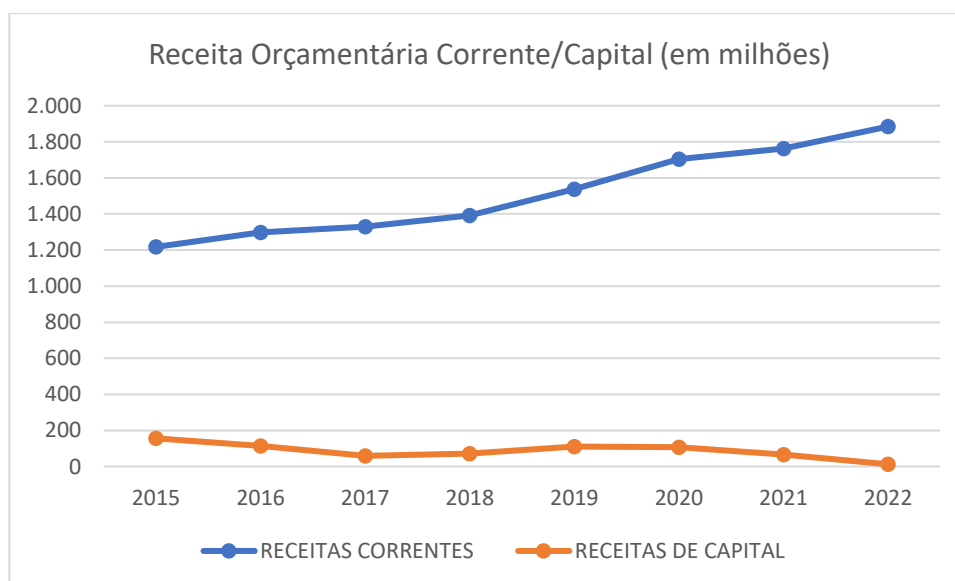
O estudo proposto, com auxílio de gráficos e/ou tabelas, apresentou o intuito de verificar e avaliar a dinâmica de arrecadação das receitas municipais, próprias e de transferência

intergovernamentais, e os dispêndios no período, com a finalidade de apresentar o perfil de orçamento do município em estudo de forma a facilitar o seu entendimento ao cidadão comum, adicionalmente, subsidia-se para tomada de decisão do gestor, na alocação de recursos para atender as demandas sociais.

5 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme proposto no início do trabalho, a seguir serão apresentados os detalhes relativos ao comportamento orçamentário das receitas e despesas orçamentárias. Essa análise envolveu a verificação, a análise da composição, a classificação e a evolução orçamentária. Ressaltou-se que todos os valores foram atualizados para o ano de 2022 por meio do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), com o objetivo de possibilitar a comparação de valores reais, ou seja, não defasados.

GRÁFICO 1. Perfil comportamental das receitas orçamentárias correntes e de capital

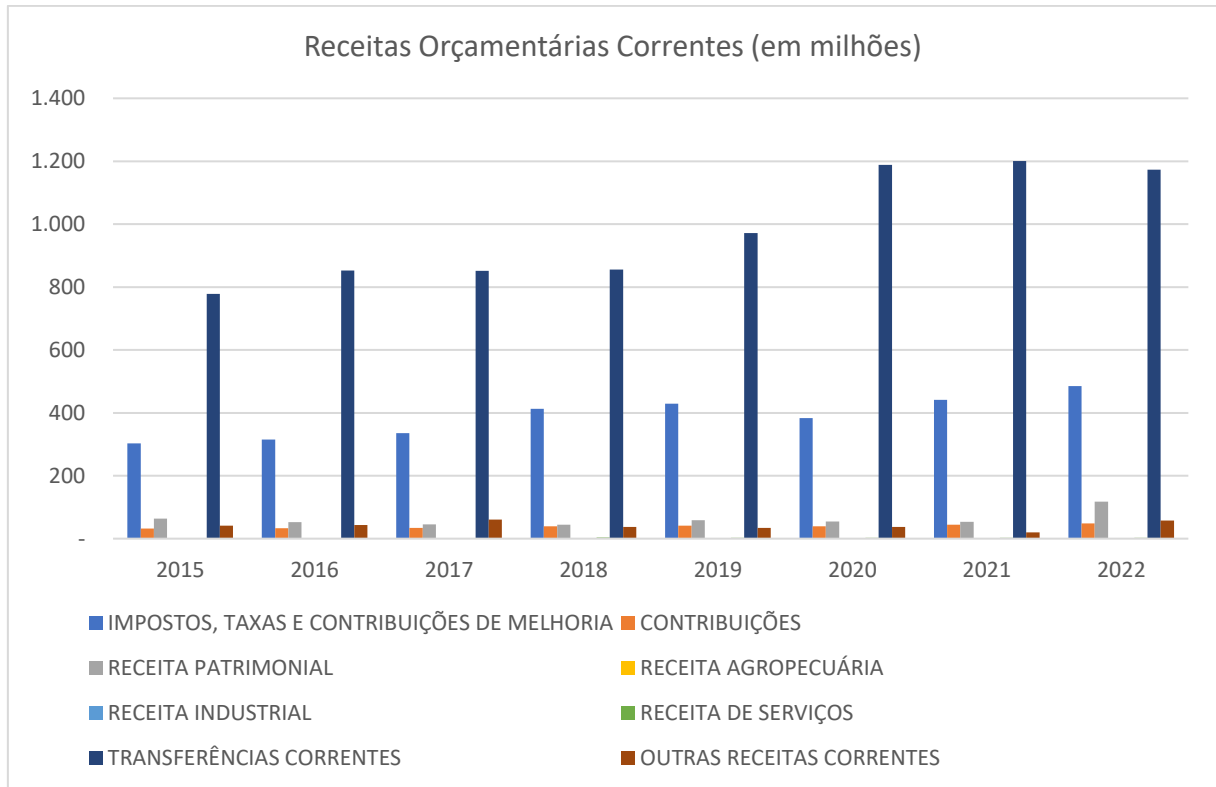


Fonte: Portal da transparência do município de Aparecida de Goiânia.

No contexto da receita orçamentária, esta é composta pelas receitas orçamentárias correntes e pelas receitas orçamentárias de capital, conforme evidenciado no Gráfico 1 e no APÊNDICE I. Observou-se que as receitas orçamentárias correntes apresentaram uma tendência crescente ao longo do período analisado, com uma taxa de crescimento anual

composta (CARG) de 5,61% a.a. Por outro lado, as receitas orçamentárias de capital exibiram uma tendência decrescente no mesmo intervalo, com uma CARG de -26,94% a.a., ou seja, anualmente, houve uma redução média de 26,94% na receita orçamentária de capital.

GRÁFICO 2. Composição das receitas orçamentárias correntes



Fonte: Portal da transparência do município de Aparecida de Goiânia.

No contexto da receita orçamentária corrente, esta foi desagregada em suas fontes/origens, conforme ilustrado no Gráfico 2 e no APÊNDICE I. Foi possível observar uma contribuição mais significativa das receitas provenientes de impostos, taxas e contribuições, bem como das transferências correntes, em relação a todas as outras origens. No período analisado, essas fontes representaram em média, respectivamente, 25,65% e 64,81% do total. Essa análise evidenciou que o município de Aparecida de Goiânia dependeu das transferências correntes de outros entes federativos para a implementação de suas políticas públicas, atendendo, assim, às demandas sociais. Essa conclusão corroborou com os resultados encontrados por Brito e Dias (2016), Oliveira (2019) e Silva et al. (2018).

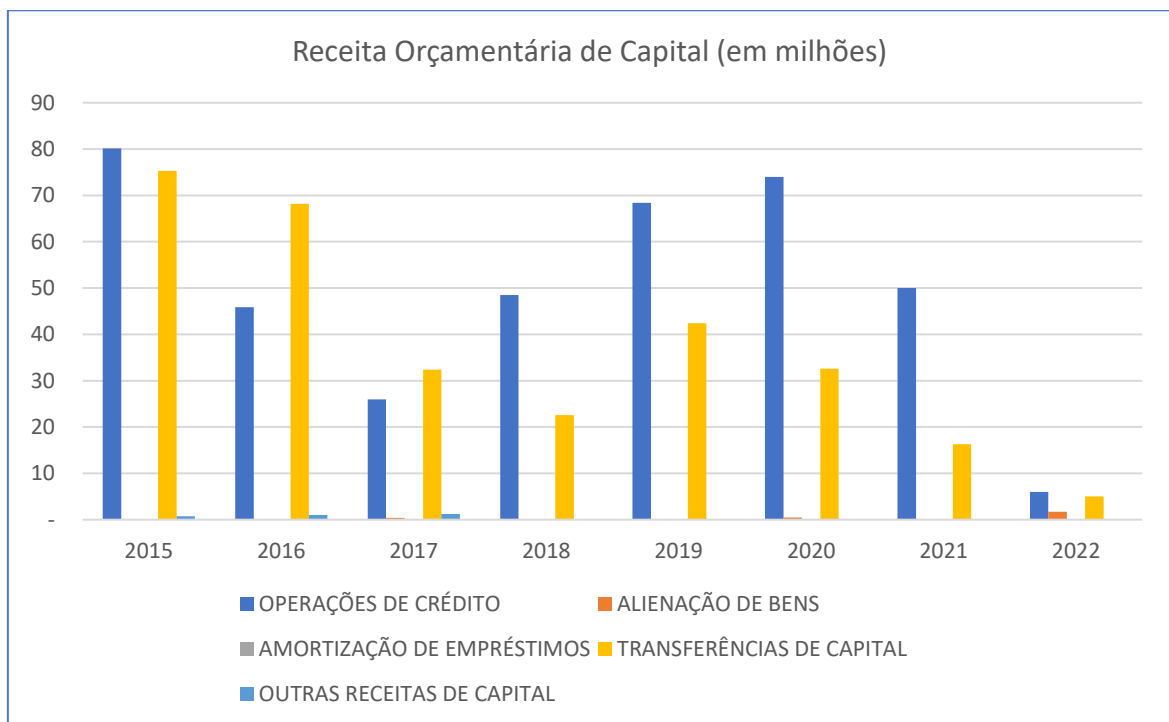
A tendência de crescimento da receita orçamentária corrente observado no Gráfico 1, sendo uma possível explicação para esse fenômeno poderia estar relacionada à tendência de

crescimento das fontes/origens de receitas orçamentárias correntes, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Adicionalmente, no Gráfico 2 e no APÊNDICE I, observou-se que nas receitas orçamentárias correntes do objeto de estudo, o município não recebeu receitas provenientes das áreas agropecuária e industrial, portanto, elas não apareceram no gráfico apresentado. Ou seja, essas atividades não constituíram como fontes de receita para o município.

Além disso, ressalta-se que no APÊNDICE I, notou-se a presença da receita de serviços, no entanto, não foi possível verificar visualmente no gráfico 2, pois seus valores são muito pequenos em relação aos outros componentes, assim, desencadeando uma incompatibilidade de escala do gráfico, portanto, para mais detalhes, deve-se observar diretamente no APÊNDICE I em relação a essa receita.

GRÁFICO 3. Composição da receita orçamentária de capital



Fonte: Portal da transparência do município de Aparecida de Goiânia.

De acordo com a análise do Gráfico 3, foi possível observar uma tendência de decréscimo nas fontes/origens das receitas orçamentária de capital. Essa tendência contribuiu para explicar o decréscimo registrado na receita orçamentária de capital conforme apresentado no Gráfico 1.

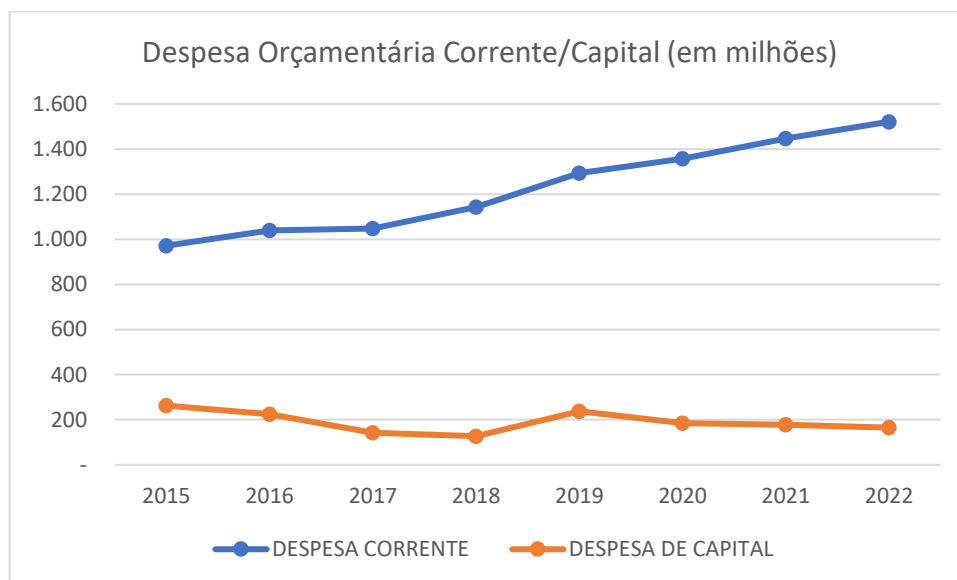
Além da tendência decrescente, destacou-se que duas fontes/origens de receita orçamentária de capital contribuíram significativamente para o total. As operações de crédito e as transferências de capital representaram, em média, 57,01% e 40,79% do total, respectivamente, durante o intervalo analisado.

Uma observação relevante no Gráfico 3 e no APÊNDICE I diz respeito à amortização de empréstimos, que se manteve nula durante todo o período analisado. Uma possível explicação para esse fenômeno seria que o município não concedeu empréstimos a terceiros ou, caso tenha concedido, nenhum dos devedores realizou amortizações durante o intervalo avaliado.

No gráfico 3 apresentou a mesma incompatibilidade de escala para tais componentes como a receita de alienação de bens, amortização de empréstimos e outras receitas orçamentárias de capital. Logo, não foram possíveis a sua visualização nítida por meio do gráfico, dessa forma, para mais detalhes, deve-se observar seus valores no APÊNDICE I.

Em seguida, será apresentado o comportamento das despesas orçamentárias do município de Aparecida de Goiânia entre 2015 e 2022.

GRÁFICO 4. Perfil comportamental das despesas orçamentárias correntes e de capital

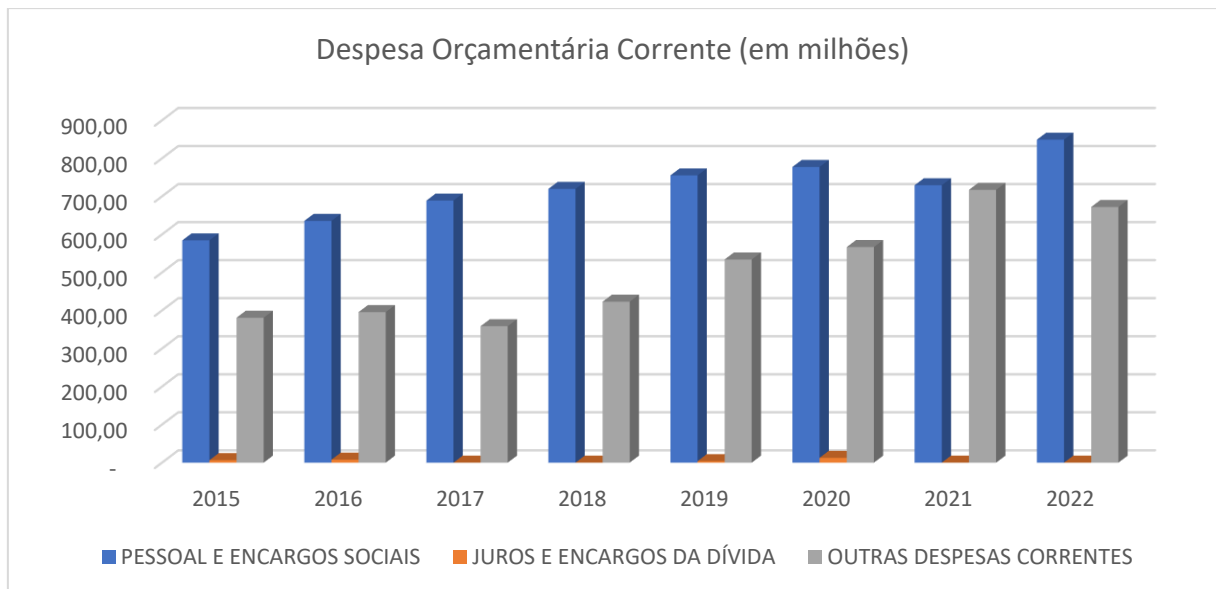


Fonte: Portal da transparência do município de Aparecida de Goiânia.

No contexto da despesa orçamentária, esta é composta pelas despesas orçamentárias correntes e pelas despesas orçamentárias de capital, conforme evidenciado no Gráfico 4 e no APÊNDICE I. Observou-se que as despesas orçamentárias correntes apresentaram

uma tendência crescente ao longo do período analisado, com uma taxa de crescimento anual composta (CARG) de 5,76% a.a. Por outro lado, as despesas orçamentárias de capital exibiram uma tendência decrescente no mesmo intervalo, com uma CARG de - 5,60% a.a., ou seja, anualmente, houve uma redução média de 5,60% na despesa orçamentárias de capital.

GRÁFICO 5. Composição das despesas orçamentárias correntes



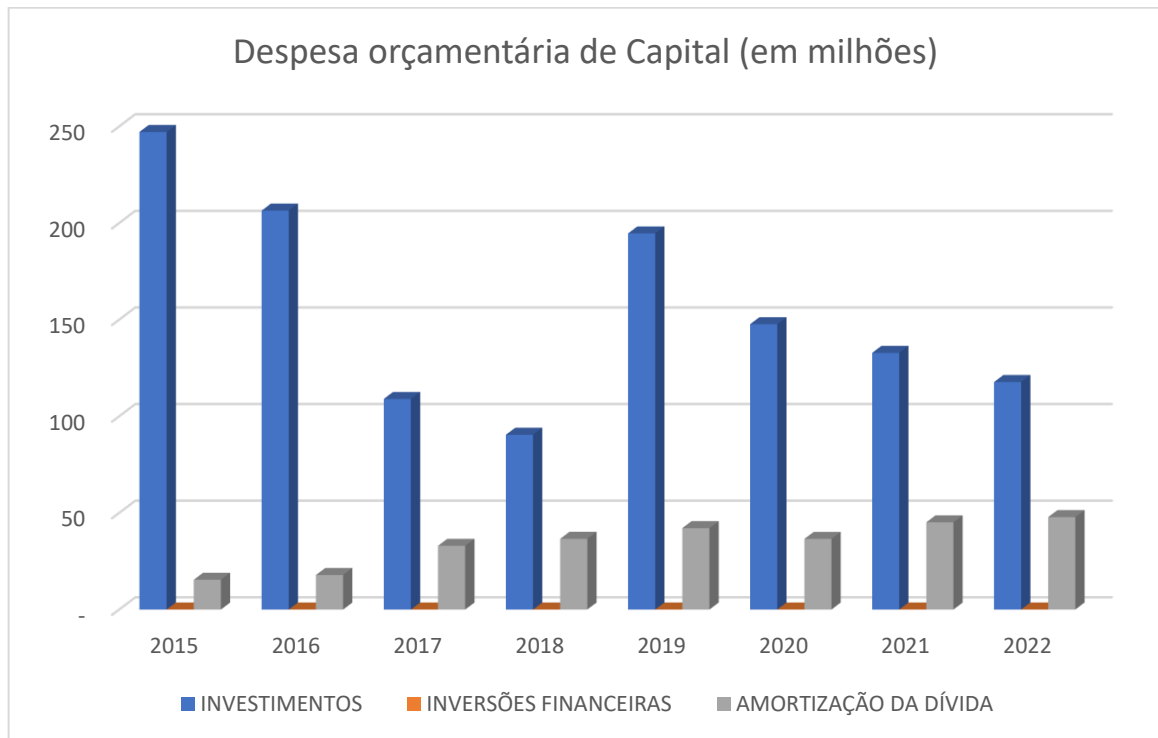
Fonte: Portal da transparência do município de Aparecida de Goiânia.

Dentro do escopo da despesa orçamentária corrente, uma desagregação foi realizada para identificar seus respectivos grupos de natureza das despesas, conforme demonstrado no Gráfico 5 e no APÊNDICE I. Observou-se que as despesas orçamentárias com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, e outras despesas orçamentária correntes apresentaram uma composição média de 58,99%, 0,33% e 40,68%, respectivamente. Portanto, destacou-se que as categorias de despesa que mais contribuíram para o total das despesas orçamentária correntes foram as despesas de pessoal e encargos sociais e outras despesas orçamentária correntes. Essas categorias exibiram uma tendência ascendente durante o período analisado. Sendo uma possível explicação da tendência de crescimento das despesas orçamentária correntes observado no Gráfico 4.

Adicionalmente, observou-se no Gráfico 5 e no APÊNDICE I que dos juros e encargos da dívida apresentaram a menor composição em relação ao total de despesas orçamentárias correntes, ou seja, mantiveram a um nível baixo dos desembolsos efetuados dessa natureza de despesa no intervalo de tempo analisado. Portanto, convém mencionar que o município de Aparecida de Goiânia apresentou um comportamento de gestão governamental eficiente, ou

seja, esse ente público preocupou, controlou e gerenciou suas dívidas públicas, a fim de não comprometer o seu orçamento.

GRÁFICO 6. Composição da despesa orçamentária de capital



Fonte: Portal da transparência do município de Aparecida de Goiânia.

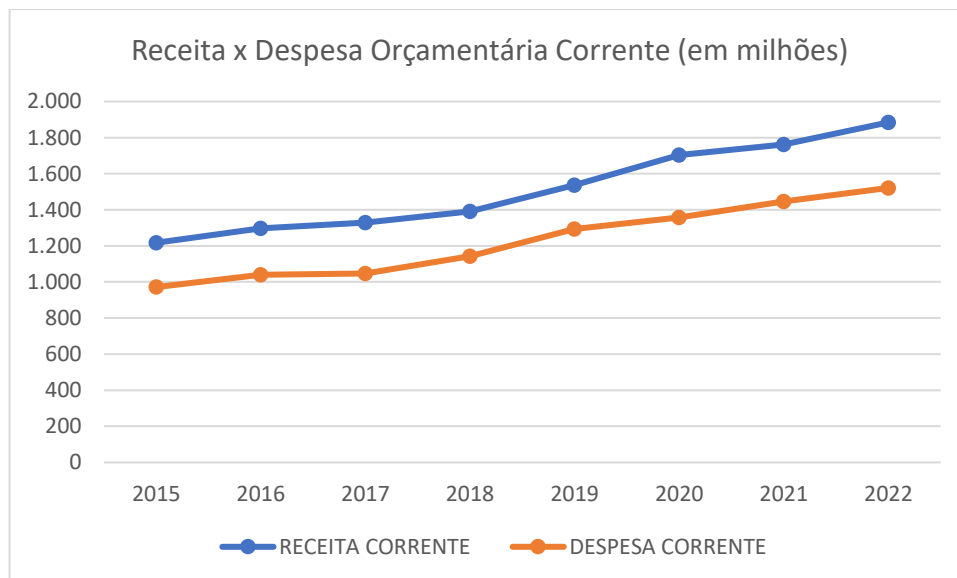
O Gráfico 6 e a APÊNDICE I demonstraram que a despesa de investimentos exibiu uma tendência de queda, com uma composição média de 80,28% em relação ao total da despesa orçamentária de capital durante o período em questão. Uma interpretação plausível para este fenômeno poderia ser a saturação dos investimentos efetuados pelo município em análise, ou seja, atingiu-se um nível que não exigiria um aumento contínuo dos investimentos em sua Administração Pública. A estrutura atual seria adequada para sustentar a prestação de serviços públicos à sociedade.

Um fenômeno notável foi o crescimento constante da amortização da dívida durante o período estudado. Em geral, os municípios tendem a deixar de pagar suas dívidas, no entanto, o município de Aparecida de Goiânia demonstrou um comportamento que divergiu da maioria. Isso serviu como uma das explicações para a diminuição dos juros e encargos da dívida observada na Gráfico 5 e no APÊNDICE I. Com o ente público liquidando o principal da dívida,

consequentemente, houve uma redução na quantidade de juros e encargos da dívida a serem pagos durante o período avaliado.

Adicionalmente, conforme apresentado no Gráfico 6 e no APÊNDICE I, o município em análise praticamente não registrou despesas orçamentárias de capital associadas a inversões financeiras. Isso indica que a entidade não realizou aquisições de imóveis ou de bens de capital já em uso, também não adquiriu títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza já estabelecidas, quando a operação não implicasse aumento de capital. Além disso, não houve constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas com objetivos comerciais ou financeiros, incluindo operações bancárias ou de seguros (Lei nº 4.320, 1964).

GRÁFICO 7. Perfil comportamental entre as receitas orçamentárias e despesas orçamentárias correntes

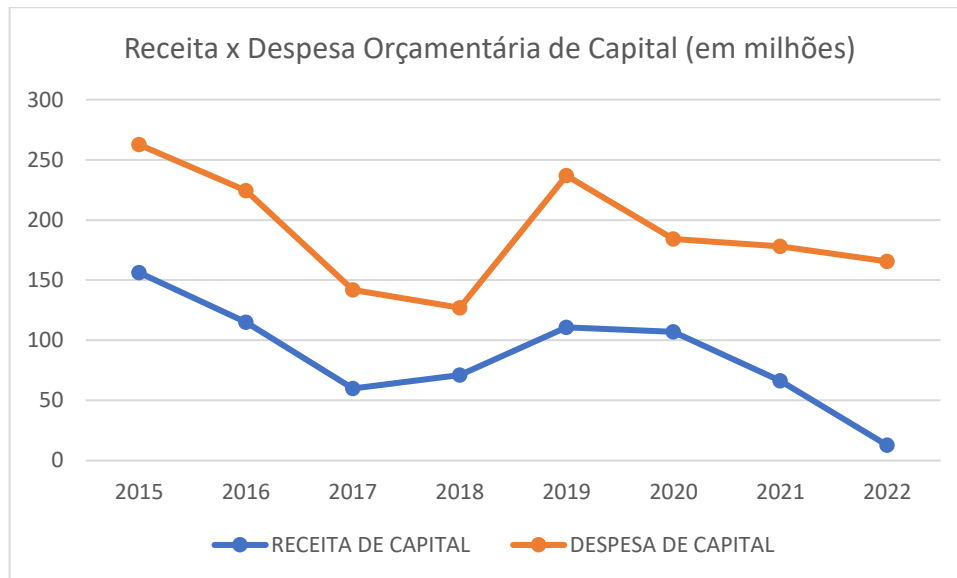


Fonte: Portal da transparência do município de Aparecida de Goiânia.

O Gráfico 7 e o APÊNDICE I demonstraram uma tendência ascendente tanto para as receitas orçamentárias correntes quanto para as despesas orçamentárias correntes. No entanto, durante o período estudado, as receitas orçamentárias correntes superaram as despesas orçamentárias correntes. Este fenômeno sugeriu a existência de um superávit orçamentário corrente, indicando que as receitas orçamentárias correntes, além de cobrir as despesas orçamentárias correntes, têm um saldo remanescente que poderia ser aplicado para cobrir as despesas orçamentárias de capital. Isso resultou em uma redução da dependência das receitas orçamentárias de capital provenientes de operações de crédito, que são uma fonte de aumento

da dívida pública. Portanto, esse saldo poderia ser utilizado para o grupo de despesas de natureza de investimento, sendo financiados pelas receitas orçamentárias correntes.

GRÁFICO 8. Perfil comportamental entre as receitas orçamentárias e despesas orçamentárias de capital



Fonte: Portal da transparência do município de Aparecida de Goiânia.

Conforme observado no Gráfico 8 e no APÊNDICE I, tanto a receita orçamentária de capital quanto a despesa orçamentária de capital demonstraram uma tendência decrescente. No entanto, destacou-se que as despesas orçamentárias de capital superaram a receita orçamentárias de capital. Este fenômeno sugere uma capitalização do ente em análise, indicando que a entidade do setor público está empregando receitas orçamentárias correntes para financiar despesas orçamentárias de capital. Este comportamento pode ser interpretado como um indicativo de gestão eficiente dos recursos, uma vez que contribuiu para a redução do endividamento do setor público.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o perfil orçamentário do município de Aparecida de Goiânia no período de 2015 a 2022, através da avaliação da execução orçamentária das receitas e despesas do ente em questão. Para tal, foram coletados e examinados dados do período em estudo, com o objetivo de identificar o comportamento dessas receitas e despesas. Destacou-se aquelas com

maior representatividade nas categorias de captação e origem de receitas, bem como no grupo de natureza das despesas.

Identificou-se uma tendência ascendente nas receitas orçamentárias, com as receitas orçamentárias correntes desempenhando um papel significativo nesse aumento. Ao examinar a origem da captação de recursos, constatou-se que as receitas tributárias e as transferências correntes foram as principais contribuintes para o total. No entanto, a primeira fonte de receita representou uma média de 25,65% durante o período de análise, demonstrando uma arrecadação insuficiente para atender às necessidades da população local. Isso resultou em uma dependência das transferências intergovernamentais, que representaram, em média, 64,81% das receitas totais do município durante o período estudado.

Em Relação a essa dependência financeira do município de Aparecida de Goiânia, percebeu-se que foram os mesmos resultados encontrados nas pesquisas por Brito e Dias (2016), Oliveira (2019) e Silva et al. (2018).

Dentro do escopo das receitas orçamentárias de capital, as operações de crédito se destacaram como a maior contribuição em relação ao total, além de exibirem uma tendência decrescente durante o período analisado, o que indica uma redução da dívida pública da entidade estudada. Isso sugeriu uma preocupação dos agentes públicos com as obrigações assumidas pelo município, resultando em uma gestão fiscal responsável e consciente.

Dentre as despesas orçamentárias que exibiram uma tendência ascendente durante o período analisado, as despesas orçamentárias correntes foram as principais responsáveis. Embora tivesse sido observado um aumento nos gastos com despesas de pessoal e encargos sociais, o município manteve um nível baixo das despesas com juros e encargos da dívida. Esse resultado foi um indicativo de uma gestão eficaz da dívida pública por parte da entidade em análise.

Em relação aos gastos com despesas de pessoal corroborou com os mesmos resultados encontrados nas pesquisas por Brito e Dias (2016), Oliveira (2019) e Silva et al. (2018). Entretanto, o baixo nível das despesas com juros e encargos da dívida divergiu com as pesquisas realizadas pelos mesmos autores citados acima.

Na análise das despesas orçamentárias de capital, observou-se que o município de Aparecida de Goiânia não realizou desembolsos associados a inversões financeiras. Ademais, registrou-se uma tendência ascendente nas amortizações da dívida, um fenômeno não comum

entre os municípios, que frequentemente inadimplentes. Esta prática evidenciou uma gestão fiscal consciente e responsável por parte da administração pública local.

Assim, a observação do comportamento das receitas e despesas orçamentárias permitiu a extração de informações relevantes para a análise do orçamento do município em questão durante o período estudado. Portanto, este estudo contribuiu para o tratamento e a evidência de forma mais acessível ao entendimento da realidade orçamentária do objeto de estudo no período de 2015 a 2022.

Para pesquisas futuras, recomenda-se uma análise mais aprofundada das principais fontes de receita e despesas orçamentárias, ou a replicação deste estudo em outros municípios, com o objetivo de coletar informações sobre o comportamento orçamentário desses locais. Isso facilitará o acesso, a compreensão e o envolvimento dos cidadãos, servindo como um meio para exercer sua cidadania e o controle social dos bens comuns.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, M. Orçamento público como instrumento de cidadania fiscal. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, v. 17, n. 17, p. 188-209, 2015.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

ANTUNES, M. T. P.; LIMA, J. P. C.; NETO, O. R. de M.; PELEIAS, I. R. Estudos de caso e sua aplicação: Proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 127-144, 2012.

Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**, 9ª edição. Brasília, 2022.

BRITO, H. S.; DIAS, R. R. O comportamento da receita pública municipal: um estudo de caso no município de Parnaíba – PI. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 3, n. 1, p. 130-146, 2016.

CERVO, F. P. **O orçamento público como instrumento de Planejamento e controle: análise da execução orçamentária do Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade**. Trabalho de conclusão de curso em Especialização em finanças públicas. Escola de Administração Fazendária, Ministério da Fazenda. Brasília, 2012.

COSTA, W. P. Orçamento Público: a importância do orçamento participativo na gestão pública. **Revista Controle Doutrina e artigos**, v. 15, n. 2, p. 210-234, 2017.

FERREIRA, F. G. B. C.; OLIVEIRA, C. L. O orçamento público no Estado constitucional democrático e a deficiência crônica na gestão das finanças públicas no Brasil. **Sequência Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 38, n. 76, p. 183–212, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas da EAESP/FGV**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

INSTITUTO brasileiro de geografia e estatística. [S. l.], 22 fev. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/aparecida-de-goiania/panorama>. Acesso em: 27 nov. 2023.

IZÁ, A. O.; SILVA, J. B. A importância da participação popular na elaboração do orçamento e os limites estabelecidos pela lei de responsabilidade fiscal para a administração pública. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, p. 83-111, 2020.

KOHAMA, H. **Balancos Públicos: Teoria E Prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, P. G. P. S. **Perfil orçamentário municipal: Uma análise do município de Anápolis (GO)**. Trabalho e conclusão de curso de Especialização em gestão pública municipal. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas. Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

Pascoal, V. F. **Direito Financeiro e Controle Externo: Teoria, Jurisprudência e 400 Questões**. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PERES, U. D.; SANTOS, F. P. Gasto público e desigualdade social: O orçamento do governo federal brasileiro entre 1995 e 2016. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n.103, 2020.

ECONOMIA de Aparecida de Goiânia. [S. l.], 21 fev. 2021. Disponível em: <https://aparecida.go.gov.br/economia/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

REZENDE, F. Federalismo fiscal no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 3, p. 297-310, 1995.

SILVA, F. A. G. H., QUINTELA, M. C. de A., VIEIRA, N. dos S. Perfil Orçamentário de pequenos municípios: O caso do município de Ladainha – MG. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v. 4, n. 2, p. 160 – 182, 2018.

VALÉRIO, V. F. **Orçamento público como instrumento de planejamento: análise de processo de elaboração e execução do orçamento no Município de Ibirubá**. Trabalho de conclusão de curso de Especialização em gestão pública – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

VENTURA, M. M.; O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

APÊNDICE I

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITA CORRENTE	1.217.454.262,61	1.297.474.621,99	1.329.038.625,38	1.391.951.344,96	1.537.033.877,55	1.704.112.773,86	1.761.846.108,17	1.884.230.234,71
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	302.620.276,78	315.322.845,97	335.570.048,48	412.387.360,82	428.864.512,89	382.808.745,24	441.761.750,00	485.160.160,71
CONTRIBUIÇÕES	31.893.747,91	32.800.370,02	34.632.970,62	38.896.348,14	41.709.824,65	39.010.632,00	44.760.199,84	48.396.951,01
RECEITA PATRIMONIAL	63.550.661,14	52.203.496,18	45.404.806,58	44.154.012,46	58.095.416,70	54.647.442,65	53.167.130,47	117.912.700,75
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	43,81	1.142.319,66	1.672.977,74	3.747.498,15	2.511.276,85	2.240.134,69	2.305.223,92	2.490.875,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	778.177.824,68	852.873.481,96	851.206.980,07	855.426.968,68	971.246.569,60	1.188.475.483,30	1.200.377.659,90	1.172.750.955,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	41.211.708,29	43.132.108,19	60.550.841,90	37.339.156,72	34.606.276,86	36.930.335,99	19.474.144,04	57.518.590,41
RECEITA DE CAPITAL	156.223.623,79	115.052.159,03	59.941.530,83	71.082.956,81	110.810.626,43	107.051.974,92	66.300.578,36	12.675.711,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	80.133.632,58	45.892.283,94	25.937.962,85	48.487.414,15	68.389.099,91	74.019.883,37	50.020.810,58	5.971.399,95
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	379.377,11	-	-	433.699,77	-	1.669.343,02
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	75.326.873,33	68.168.539,04	32.405.132,06	22.595.542,66	42.421.526,52	32.598.391,78	16.279.767,78	5.034.968,45
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	763.117,89	991.336,05	1.219.058,81	-	-	-	-	-

APÊNDICE I (Continuação)

DESPESA CORRENTE	971.802.717,31	1.039.035.440,03	1.047.675.213,76	1.142.935.603,78	1.293.240.150,14	1.356.616.862,46	1.446.386.337,36	1.521.130.906,61
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	584.281.700,53	635.473.140,62	688.903.724,72	719.658.727,24	755.119.978,19	777.222.284,72	729.296.821,13	848.991.624,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.572.108,29	7.803.131,10	18.329,63	14.878,36	3.953.896,14	12.617.145,74	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	380.948.908,49	395.759.168,32	358.753.159,41	423.261.998,18	534.166.275,82	566.777.432,00	717.089.516,23	672.139.282,30
DESPESA DE CAPITAL	262.562.396,97	224.331.172,90	141.956.379,92	127.037.314,78	236.751.887,08	184.240.208,73	177.963.596,60	165.565.077,98
INVESTIMENTOS	247.147.542,94	206.437.866,46	108.969.869,28	90.438.580,35	194.625.304,04	147.672.451,73	132.825.515,18	117.730.586,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	15.414.854,03	17.893.306,44	32.986.510,64	36.598.734,43	42.126.583,04	36.567.757,00	45.138.081,43	47.834.491,98